



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Ata nº 018 da Sessão Ordinária nº 018, de  
21 de março de 2013.

1 Às nove horas do dia vinte e um de março de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a  
3 Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ROSA HAGE**,  
4 **DANIEL LAVAREDA e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**,  
5 **MARA LÚCIA e CEZAR COLARES**, bem como a presença da Procuradora - Chefe do Ministério Público  
6 junto ao TCM-PA, **ELIZABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de  
7 Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do  
8 Regimento Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se  
9 manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste  
10 Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Em sequência,  
11 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos.  
12 **Processo nº 190012008-00; Prefeitura Municipal de Bujaru; Prestação de Contas de Governo –**  
13 **2008; Responsável Emanuel Nazareno Souza Muniz; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da**  
14 **Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.359, de 19.03.2013.**  
15 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
16 manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada  
17 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
18 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal  
19 de Bujaru, a não aprovação das contas de Governo do Executivo Municipal, exercício 2008, de  
20 responsabilidade do Sr. Emanuel Nazareno Souza Muniz. **Processo nº 190012008-00; Prefeitura**  
21 **Municipal de Bujaru; Prestação de Contas de Gestão – 2008; Responsável Emanuel Nazareno Souza**  
22 **Muniz; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**  
23 **Publicado no DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
24 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário  
25 a aprovação das contas, devendo ainda ser enviada remessa de cópia dos autos ao Ministério Público  
26 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não*  
27 *aprovação, da prestação de contas de gestão da Prefeitura Municipal de Bujaru, exercício de 2008, de*  
28 *responsabilidade do Sr. Emanuel Nazareno Souza Muniz que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias: I*  
29 *- Ao Tesouro Municipal: A. R\$-6.000,00 (seis mil reais), referente a multa equivalente a 30% (trinta por*  
30 *cento) dos vencimentos legalmente pagos ao Prefeito Municipal, com fundamento no art. 5º, I, § 1º, da Lei*  
31 *10.028/20007, pelo envio intempestivo do RGF referente ao 3º quadrimestre. II - Ao Fundo de Modernização,*  
32 *Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP*





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

33 (Lei nº 7.368, de 29/12/2008): A. R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 120-A,  
34 II8 do Regimento Interno deste Tribunal em face da ausência de processos licitatórios e pela não apropriação  
35 dos encargos patronais. B. R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de multa, com base no art. 120-B9 do  
36 Regimento Interno deste Tribunal em face do envio intempestivo do PPA, Orçamento, Balanço Geral,  
37 prestações de contas do 2º e 3º quadrimestres e dos relatórios resumidos de execução orçamentária/RREO  
38 do 5º e 6º bimestres; Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual". **Em votação:**  
39 O Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage e o  
40 Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação da multa ao  
41 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não  
42 aprovação da prestação de contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Bujaru, exercício de 2008, de  
43 responsabilidade do Sr. Emanuel Nazareno Souza Muniz, que deverá recolher no prazo de 15 (quinze)  
44 dias, ao Tesouro Municipal, da quantia de R\$-6.000,00 (seis mil reais), referente a multa equivalente de  
45 30% (trinta por cento) dos vencimentos legalmente pagos ao Prefeito Municipal, com fundamento no  
46 art. 5º, I, § 1º, da Lei nº 10.028/20007, pelo envio intempestivo do RGF referente ao 3º quadrimestre,  
47 sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** Ao  
48 FUMREAP: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 120-A, II do Regimento  
49 Interno deste Tribunal, face da ausência de processos licitatórios e pela não apropriação dos encargos  
50 patronais; R\$-4.000,00 (quatro mil reais), a título de multa, com base no art. 120-B do Regimento  
51 Interno deste Tribunal, face do envio intempestivo do PPA, Orçamento, Balanço Geral, prestações de  
52 contas do 2º e 3º quadrimestres e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária/RREO do 5º e  
53 6º bimestres. Com voto de desempate da Presidência. Vencido o Conselheiro Antônio José e a  
54 Conselheira Rosa Hage, quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. **Processo nº 950012007-00;**  
55 **Prefeitura Municipal de Medicilândia; Prestação de Contas de Gestão -2007; Responsável Maria**  
56 **Lenir Trevisan Torres; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio**  
57 **José; Publicado no DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
58 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio  
59 favorável a aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
60 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
61 pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, nos termos do voto do Relator.  
62 **Processo nº 1400012008-00; Prefeitura Municipal de Placas; Prestação de Contas de Governo –**  
63 **2008; Responsável Santo Pereira de Oliveira; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator**  
64 **– Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo  
65 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
66 emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

67 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
68 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com a  
69 remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do Relator. **Processo nº**  
70 **1400012008-00; Prefeitura Municipal de Placas; Prestação de Contas de Gestão – 2008;**  
71 **Responsável Santo Pereira de Oliveira; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator –**  
72 **Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo  
73 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
74 contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
75 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu contrário a  
76 aprovação das contas, com aplicação de multas, recolhimentos e encaminhamento de cópia dos autos  
77 ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do Relator. **Processo nº 190022008; Câmara**  
78 **Municipal de Bujaru; Prestação de Contas - 2008; Responsável Raimundo Nascimento Furtado; 5ª**  
79 **Controladoria; Procuradora- Chefe Elizabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**  
80 **Publicado no DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
81 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A  
82 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação, da*  
83 *prestação de contas da Câmara Municipal de Bujaru, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo*  
84 *Nascimento Furtado que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias: I - Ao Tesouro Municipal: - R\$*  
85 *140.661,82 (cento e quarenta mil seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos), referente à*  
86 *Conta Agente Ordenador; - R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais), referente a multa equivalente a 30%*  
87 *(trinta por cento) dos vencimentos legalmente pagos ao Presidente da Câmara Municipal, com fundamento*  
88 *no art. 5º, I, § 1º, da Lei 10.028/20003, pelo envio intempestivo dos RGF's; - R\$ 14.066,19 (quatorze mil e*  
89 *sessenta e seis reais e dezenove centavos), referente à 10% (dez por cento) do valor referente ao agente*  
90 *ordenador, a título de multa, com base no art. 584 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei nº 84/2012). II - Ao*  
91 *Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do*  
92 *Estado do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2009): - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa,*  
93 *com base no art. 120-B, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal em face do não envio da prestação de*  
94 *contas do 3º quadrimestre; - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de multa, com base no art. 120-A, II6 do*  
95 *Regimento Interno deste Tribunal em face: Cumprimento do art. 29, VI, DA CF/88 (subsídio do Deputado*  
96 *Estadual como parâmetro); Cumprimento do art. 29,VII, DA CF/88 (limite de 5% da receita do município*  
97 *para gastos com a remuneração dos Edis); Cumprimento do art. 29-A, § 1º, DA CF/88 (limite de 70% da*  
98 *Receita do Poder Legislativo para gastos com as folhas de pagamento); Cumprimento do art. 29-A, caput, DA*  
99 *CF/88 (limite da despesa em percentual da receita do exercício anterior); Cumprimento do art. 37, XII, DA*  
100 *CF/88 (subsídio do Prefeito Municipal como teto máximo de remuneração); Cumprimento do art. 20, INCISO*





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

101 *III, ALÍNEA "a" da LC 101/2000; Verificação do disposto no artigo 50, II da LC 101/2000; Realização de*  
102 *despesas com existência de crédito orçamentário (art. 167, II da CF); Efetivação de desconto de contribuição*  
103 *previdenciária dos segurados e recolhimento à instituição de previdência (art. 40, arts. 195, II, e 149, § 1º*  
104 *da CF); Observância do limite no pagamento de subsídio dos agente políticos (art. 37, XI da CF e Ato*  
105 *Fixador); Pagamento de diária, caso ocorrido, em conformidade com o ato fixador e dentro dos parâmetros*  
106 *da razoabilidade (art. 37, caput da CF); Realização de despesas precedidas de regular processo licitatório,*  
107 *quando exigível, em cumprimento ao art. 37, XXI da Constituição Federal e art. 2º da Lei 8.666/93. Cópia dos*  
108 *autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual'. **Em votação:** O Conselheiro José Carlos*  
109 *Araújo acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José*  
110 *acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. A Presidência*  
111 *proclamou a **Decisão:** O Plenário, à unanimidade, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara*  
112 *Municipal de Bujaru, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo Nascimento Furtado que*  
113 *deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Tesouro Municipal, a quantia de R\$-140.661,82 (cento*  
114 *e quarenta mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos), referente à Conta "Agente*  
115 *Ordenador"; - R\$-5.040,00 (cinco mil e quarenta reais), referente a multa equivalente a 30% (trinta por*  
116 *cento) dos vencimentos legalmente pagos ao Presidente da Câmara Municipal, com fundamento no art.*  
117 *5º, I, § 1º, da Lei nº 10.028/20003, pelo envio intempestivo dos RGF's; - R\$-14.066,19 (quatorze mil,*  
118 *sessenta e seis reais e dezenove centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor do "Agente*  
119 *Ordenador", a título de multa, com base no art. 584 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei nº 84/2012),*  
120 *sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao*  
121 *FUMREAP: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 120-B, § 1º do Regimento*  
122 *Interno deste Tribunal, face ao não envio da prestação de contas do 3º quadrimestre; - R\$-10.000,00*  
123 *(dez mil reais), a título de multa, com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, pelas*  
124 *seguintes falhas: art. 29, VI, da CF/88 (subsídio do Deputado Estadual como parâmetro); art. 29, VII,*  
125 *da CF/88 (limite de 5% da receita do município para gastos com a remuneração dos Edis); art. 29-A, §*  
126 *1º, da CF/88 (limite de 70% da Receita do Poder Legislativo para gastos com as folhas de pagamento);*  
127 *art. 29-A, caput, da CF/88 (limite da despesa em percentual da receita do exercício anterior); art. 37,*  
128 *XII, da CF/88 (subsídio do Prefeito Municipal como teto máximo de remuneração); art. 20, inciso III,*  
129 *alínea "a" da LC 101/2000; artigo 50, II da LC 101/2000; art. 167, II da CF; art. 40, arts. 195, II, e*  
130 *149, § 1º da CF; art. 37, XI da CF e Ato Fixador; art. 37, caput da CF; art. 37, XXI da Constituição*  
131 *Federal e art. 2º da Lei 8.666/93. Vencido o Conselheiro Antônio José e a Conselheira Rosa Hage,*  
132 *quanto a exclusão da aplicação de multa ao FUMREAP. **Processo nº 880022008; Câmara Municipal***  
133 ***de Concórdia do Pará;** Prestação de Contas –2008; Responsável Francisco Edson Madeiro; 5ª*  
134 *Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no***





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

135 **DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
136 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas. A matéria foi  
137 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela aprovação, com ressalvas, da*  
138 *prestação de contas da Câmara Municipal de Concórdia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do*  
139 *Sr. Francisco Edson Madeiro, devendo ser expedido o devido Alvará de Quitação, após o recolhimento da*  
140 *seguinte multa: - R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, III do Regimento*  
141 *Interno deste Tribunal, face a incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das obrigações*  
142 *patronais durante o exercício financeiro de 2008, a qual deverá ser recolhida junto ao Fundo de*  
143 *Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará*  
144 *- FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 2009". Em*  
145 **votação:** O Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage  
146 e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação da multa  
147 ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação,  
148 com ressalvas, da prestação de contas da Câmara Municipal de Concórdia do Pará, exercício de 2008, de  
149 responsabilidade do Sr. Francisco Edson Madeiro, devendo ser expedido o Alvará de Quitação, **por**  
150 **maioria**, após o recolhimento da multa de R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art.  
151 120-A, III do Regimento Interno deste Tribunal, face da incorreta apropriação (empenhamento) e  
152 recolhimento das Obrigações Patronais, durante o exercício financeiro de 2008, a qual deverá ser  
153 recolhida junto ao FUMREAP. Com voto de desempate da Presidência. Vencido o Conselheiro Antônio  
154 José e a Conselheira Rosa Hage, quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. **Processo nº 193992008;**  
155 **Fundo Municipal de Assistência Social de Bujaru; Prestação de Contas – 2008; Responsável**  
156 **Solange Cristina Muniz (01.01 à 30.04.2008) e Gilcélia Dias Costa (01.05 à 31.12.2008); 5ª**  
157 **Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no**  
158 **DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
159 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas. A matéria foi  
160 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela aprovação, com ressalvas, da*  
161 *prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Bujaru, exercício 2008, de responsabilidade*  
162 *das Sra's. Solange Cristina C. Muniz (01/01 à 30/04/08) e Gilcélia Dias da Costa (01/05 à 31/12/08), em*  
163 *favor das quais devem ser expedidos os Avarás de Quitação, nos respectivos valores: R\$ 365.907,99*  
164 *(trezentos e sessenta e cinco mil novecentos e sete reais e noventa e nove centavos) e R\$ 517.168,00*  
165 *(quinhentos e dezessete mil cento e sessenta e oito reais), após o recolhimento ao FUMREAP de multas nos*  
166 *valores de: A – Quanto à ordenadora Solange Cristina C. Muniz: – R\$ 500,00 (quinhentos reais) com base no*  
167 *art. 120-B, § 1º referente à ausência do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social do 1º*  
168 *quadrimestre; B – Quanto à ordenadora Gilcélia Dias da Costa: – R\$ 500,00 (quinhentos reais) com base no*





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

169 *art. 120-B, § 1º referente à ausência do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social do 2º e 3º*  
170 *quadrimestres e; – R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) com base no Art. 120-B, II5, pela remessa*  
171 *intempestiva do 2º e 3º quadrimestres". Em votação:* O Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o  
172 Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator,  
173 porém divergiram quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
174 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo  
175 Municipal de Assistência Social de Bujaru, exercício 2008, de responsabilidade das Sra'ss. Solange  
176 Cristina C. Muniz (01/01 à 30/04/08) e Gilcélia Dias da Costa (01/05 à 31/12/08), com a expedição dos  
177 Alvarás de Quitação, **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP de multas nos valores de: A –  
178 Ordenadora Solange Cristina C. Muniz: – R\$ 500,00 (quinhentos reais) com base no art. 120-B, § 1º  
179 referente à ausência do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social do 1º quadrimestre; B –  
180 Ordenadora Gilcélia Dias da Costa: – R\$ 500,00 (quinhentos reais) com base no art. 120-B, § 1º  
181 referente à ausência do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social do 2º e 3º quadrimestres e  
182 R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) com base no Art. 120-B, II5, pela remessa intempestiva do 2º e 3º  
183 quadrimestres. Com voto de desempate da Presidência. Vencido o Conselheiro Antônio José e a  
184 Conselheira Rosa Hage, quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. **Processo nº 194152008-00;**  
185 **Fundo Municipal de Educação de Bujaru; Prestação de Contas – 2008; Responsável Sandra Helena**  
186 **Assunção Cordeiro; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Daniel**  
187 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
188 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das  
189 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pela não*  
190 *aprovação, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Bujaru, exercício de 2008, de*  
191 *responsabilidade da Sra. Sandra Helena Assunção Cordeiro que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias*  
192 *ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do*  
193 *Estado do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2008) as seguintes multas: A - R\$ 3.001,00 (três mil e*  
194 *um reais), com base no art. 120-B, IV3 do Regimento Interno deste Tribunal em face do envio intempestivo*  
195 *do 2º e 3º quadrimestres B - R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 120-A, II4 do Regimento Interno*  
196 *deste Tribunal em face: da não apropriação e recolhimento das obrigações patronais; do não*  
197 *encaminhamento do parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEB; da ausência de processos*  
198 *licitatórios. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual". Em votação:* O  
199 Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage e o  
200 Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação da multa ao  
201 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não  
202 aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Bujaru, exercício de 2008, de





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

203 responsabilidade da Sra. Sandra Helena Assunção Cordeiro, com encaminhamento de cópia dos autos  
204 ao Ministério Público Estadual, com recolhimento, **por maioria**, no prazo de 15 (quinze) dias ao  
205 FUMREAP, as seguintes multas: A - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), com base no art. 120-B, IV do  
206 Regimento Interno deste Tribunal, face ao envio intempestivo do 2º e 3º quadrimestres; B - R\$-  
207 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face: da não  
208 apropriação e recolhimento das obrigações patronais; do não encaminhamento do parecer do Conselho  
209 de Controle Social do FUNDEB; da ausência de processos licitatórios. Com voto de desempate da  
210 Presidência. Vencido o Conselheiro Antônio José e a Conselheira Rosa Hage, quanto a aplicação da  
211 multa ao FUMREAP. **Processo nº 193982008; fundo Municipal de Saúde de Bujaru; Prestação de**  
212 **Contas – 2008; Responsável Ademir Jordão Faro (01.01 à 31.04.2008) e Raimundo Barata Bastos (01.08**  
213 **à 31.12.2008); 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel**  
214 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
215 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das  
216 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela*  
217 *aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Bujarú, no período de 1º*  
218 *de maio à 31 de dezembro do exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo Barata Bastos (01/05*  
219 *à 31/12/08), em favor do qual deve ser expedido alvará de quitação no valor de R\$ 2.419.418,70 (dois*  
220 *milhões, quatrocentos e dezenove mil quatrocentos e dezoito reais e setenta centavos), após o recolhimento,*  
221 *ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do*  
222 *Estado do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2009) de multas nos valores de R\$ 500,00 (quinhentos*  
223 *reais) com base no art. 120-B, § 1º referente ao não encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de*  
224 *Saúde do 2º e 3º quadrimestres e R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) com base no Art. 120-B, II6, ela*  
225 *remessa intempestiva do 2º e 3º quadrimestres”*. **Em votação**: O Conselheiro José Carlos Araújo  
226 acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José  
227 acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. A Presidência  
228 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da  
229 prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Bujarú, no período de 1º de maio a 31 de  
230 dezembro do exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Raimundo Barata Bastos (01/05 à 31/12/08),  
231 em favor do qual deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$-2.419.418,70 (dois milhões,  
232 quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta centavos), **por maioria**, após o  
233 recolhimento ao FUMREAP de multas nos valores de R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no art.  
234 120-B, § 1º referente ao não encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde do 2º e 3º  
235 quadrimestres e R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no Art. 120-B, II6, pela remessa  
236 intempestiva do 2º e 3º quadrimestres. Com voto de desempate da Presidência. Vencido o Conselheiro





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

237 Antônio José e a Conselheira Rosa Hage, quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. **Processo nº**  
238 **190042008-00; SAAE de Bujaru;** Prestação de Contas – 2008; Responsável Irineu Pismel da Silva;  
239 **5ª Controladoria; Procuradora Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE**  
240 **nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
241 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi  
242 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela aprovação, com ressalvas, da*  
243 *prestação de contas do Sistema Autônomo de Água e Esgoto do Município de Bujaru, exercício 2008, de*  
244 *responsabilidade do Sr. Irineu Pismel da Silva, em favor do qual deverá ser expedido o competente alvará de*  
245 *quitação da quantia de R\$111.862,89 (cento e onze mil oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove*  
246 *centavos), após o recolhimento, ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal*  
247 *de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2009) multa no valor de R\$*  
248 *1.500,00 (mil e quinhentos reais) com base no Art. 120-B, II3, pela remessa intempestiva do 2º e 3º*  
249 *quadrimestres, bem como do Balanço Geral*”. **Em votação:** O Conselheiro José Carlos Araújo  
250 acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José  
251 acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. A Presidência  
252 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação, com ressalvas, da  
253 prestação de contas do Sistema Autônomo de Água e Esgoto do Município de Bujaru, exercício 2008, de  
254 responsabilidade do Sr. Irineu Pismel da Silva, em favor do qual deverá ser expedido o competente  
255 Alvará de Quitação na quantia de R\$-111.862,89 (cento e onze mil, oitocentos e sessenta e dois reais e  
256 oitenta e nove centavos), **por maioria,** após o recolhimento ao FUMREAP da multa no valor de R\$  
257 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com base no Art. 120-B, II, pela remessa intempestiva do 2º e 3º  
258 quadrimestres, bem como do Balanço Geral. Com voto de desempate da Presidência. Vencido o  
259 Conselheiro Antônio José e a Conselheira Rosa Hage, quanto a aplicação da multa ao FUMREAP.  
260 **Processo nº 200904159-00; Companhia de Dança Clara Pinto;** Prestação de Contas do convênio  
261 nº 023/08, firmado com a FUNPAPA - 2008; Responsável Clara Pinto Nardi; 4ª Controladoria;  
262 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -Conselheiro Antônio José; **Publicado no DOE nº**  
263 **32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
264 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**  
265 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
266 **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas, nos termos do voto do Relator.  
267 **Processo nº 201011571-00; Centro Social da Criança e do Adolescente Santa**  
268 **Edwiges;**Prestação de Contas do Convênio nº 020/09, firmado com a FUNPAPA – 2009; Responsável  
269 Padre Vilmar Roeker; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro  
270 Antônio José; **Publicado no DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o







**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas, nos termos do voto do Relator. **Processo nº 201000478-00; Creche – Casa Cordeirinhos de Deus; Prestação de Contas do convênio nº 032/08, firmado com a FUNPAPA – 2008; Responsável Noemi de Lima Rodrigues; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José; Publicado no DOE nº 32.359, de 19.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas, nos termos do voto do Relator. **Processo nº 201205783-00; IPAMB/ PMB; Pensão – Portaria nº 0251/12, de 05.03.2012; Responsável Antônia da Silva Santos; Procuradora – Chefe Elizabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Antônio José.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo Registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria, nos termos do voto do Relator. **Processo nº 201220452; Câmara Municipal de Tracuateua; Subsídio – Resolução nº 049/12, de 27.09.12, que fixa Remuneração dos Agentes Políticos da Câmara; Responsável José Elias da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de Cadastramento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas, nos termos do voto do Relator. **Processo nº 200818566-00; Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa; Recurso de Revisão contra a Decisão do Acórdão nº 19.267, que negou Registro a Contratos Temporários - 2008; Responsável Amós Bezerra da Silva; DIAP; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; com pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda, na Sessão do dia 20.09.2012.** Retirado de Pauta. **Processo nº 200818567-00; Recurso de Revisão contra a Decisão do Acórdão nº 19.268, que negou registro a contratos temporários; DIAP; Responsável Amós Bezerra da Silva; Procuradora – Chefe Elizabeth Salame da Silva; Relatora – Conselheira Mara Lúcia, com pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda, na Sessão do dia 20.09.2012.** Retirado de Pauta. **Processo nº 2011110204-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; aposentadoria- Portaria nº 058/2012, de 11.04.2012; Responsável Maria de Lurdes de Carvalho Macedo; 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora –**





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

304 Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
305 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro da Portaria. A matéria foi colocada **em**  
306 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
307 **à unanimidade,** decidiu pelo registro da Portaria nº 058/2012, de 11 de abril de 2012, que trata da  
308 aposentadoria compulsória da Sra. Maria de Lourdes de Carvalho Macedo, fundamentada no art. art. 6º  
309 da EC nº 41/2003, com proventos mensais integrais no valor de R\$-1.416,43 (hum mil, quatrocentos e  
310 dezesseis reais e quarenta e três centavos). **Processo nº 201204378; Instituto de Previdência e**  
311 **Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria – Portaria nº 042/2012,  
312 de 01.03.2012; Responsável Raimunda Jerusalém Ramos Brito; Procuradora Maria Regina Cunha;  
313 Relatora – Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
314 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo Registro da Portaria. A matéria foi colocada **em**  
315 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
316 **à unanimidade,** decidiu pelo registro da Portaria nº 042/2012, de 01 de março de 2012, que trata da  
317 aposentadoria voluntária da Sra. Raimunda Jerusalém Ramos Brito, no cargo de Professor Nível II  
318 fundamentada no art. 6º da EC nº 41/03 e proventos mensais integrais de R\$-1.475,45 (hum mil,  
319 quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). **Processo nº 201213781;**  
320 **Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;**  
321 Aposentadoria – Portaria nº 102/2012, de 01.08.2012; Responsável Rosiléa Canelas Martins;  
322 Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo  
323 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo Registro da  
324 Portaria. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A  
325 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu registro da Portaria nº  
326 102/2012, de 01 de agosto de 2012, que trata da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição,  
327 da Sra. Rosiléa Canelas Martins, no cargo de Professor Nível II, fundamentada no art. 6º da EC nº  
328 41/03, com proventos mensais integrais de R\$-2.691,20 (dois mil, seiscentos e noventa e um reais e  
329 vinte centavos). **Processo nº 201202872; Instituto de Previdência e Assistência dos**  
330 **Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria – Portaria nº 019/2012, de 01.02.2012;  
331 Responsável Maria Edilamar Marques Santana; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira  
332 Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
333 autos e manifestou-se pelo registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
334 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu  
335 pelo registro da Portaria nº 019/2012, de 01 de fevereiro de 2012, que trata da aposentadoria  
336 voluntária da Sra. Maria Edilamar Marques Santana, no cargo de Professor Nível I, fundamentada no art.





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

337 6º da EC nº 41/03, com proventos mensais integrais de R\$-1.134,96 (um mil, cento e trinta e quatro  
338 reais e noventa e seis centavos). **Processo nº 201212220; Instituto de Previdência e**  
339 **Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria – Portaria nº 096/2012,**  
340 **de 29.06.2012; Responsável Eunice Santos de Oliveira; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;**  
341 **Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
342 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo Registro da Portaria. A matéria foi colocada **em**  
343 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,  
344 **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 096/2012, de 29 de junho de 2012, que trata da  
345 aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, da Sra. Eunice Santos de Oliveira, no cargo de  
346 Auxiliar Municipal, fundamentada no art. 6º da EC nº 41/03, com proventos mensais integrais de R\$-  
347 808,60 (oitocentos e oito reais e sessenta centavos). **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**. Apreciação dos  
348 Acórdãos nº's 23.432, 23.433 e 23.440. Apreciação das Resoluções nº's 10.816 e 10.817. Relator –  
349 Conselheiro Daniel Lavareda. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
350 pela aprovação dos Acórdãos e Resoluções apresentadas. Em seguida, o Presidente deu conhecimento  
351 ao Plenário da delegação atribuída à Diretora de Orçamento e Finanças do TCM, Dra. Maria de Nazaré  
352 Alves Azevedo, matrícula nº 500000473, para exercer os atos de competência do cargo, através da  
353 Portaria nº 0393/2013. Ciente o Plenário. Dispensada a publicação em Órgão oficial do Estado,  
354 conforme preceitua o Art. 58, do Regimento Interno do TCM, Ato nº 09/1995. **DISTRIBUIÇÃO DE**  
355 **PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**: Após, a  
356 Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e quarenta minutos da qual foi  
357 lavrada a presente Ata.  
358 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e um de março de  
359 dois mil treze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Presidente da Sessão